Para aquém das bordas: contribuições da perspectiva da autopoiésis para análise da circulação

Carlos Alberto Gusmão

Palavras-chave: circulação; autopoiésis; transmissão; intencionalidade-efeitos.

RESUMO EXPANDIDO

Utilizamos aqui, junto à referência à borda, constante de um texto de Fausto Neto[1], o termo *aquém,* buscando reforçar – ao modo da proposta de ruptura epistemológica concernente ao nosso patamar de observação da questão, a perspectiva autopoiética - a fundamental proveniência da questão aqui denominada de *circulação.* Diríamos de forma mais aclaradora: a problemática aqui apontada – cujo cerne repousa numa aparente insuficiência teórica em *conceituar* o espaço que *distingue* e *identifica* os polos da produção e recepção – apesar de sua aparente proveniência teórica nesses termos colocados funda-se num modo de ver teórico cuja vigência ultrapassa as teorias particulares ("transversaliza-se") e se legitima epistemologicamente. Nossa hipótese: é necessário explorar esse modo de ver em termos de um questionamento epistemológico de forma a compreendermos o que significa a circulação como parte do processo da comunicação.

Andemos pois. Mesmo para uma perspectiva empirista relativizadora que reconheça que tais polos sejam referencias lógicas organizadas a partir de uma perspectiva instrumental que forneça origem e destino à noção de *transmissão* na observação teórica dos processos comunicacionais, considerando-se que esse movimento tenha origem e fundamentos em certas intencionalidades que devem – para que toda essa arquitetura teórica tenha sentido – produzir efeitos, tais efeitos, fundados certamente na intencionalidade, teria obrigatoriamente que passar (nessa arquitetura) por esse espaço não conceituável, seja no âmbito de uma comunicação ou de comunicações recursivas a ela. Esse espaço – ou espaço tempo – distinguiria e identificaria os polos em comunicação.

Na pratica teórica, por assim dizer quando nos referimos aos diversos modos de entender esse espaço em função de suas hipóteses de relação entre midia e sociedade, os polos são identificados como distintos, de forma que é possível "explorar" teoricamente esse espaço de diferenciação, em função do preenchimento de sentidos, assim

processados. Embora teoricamente a arquitetura aqui tratada tenha referências lógica-empíricas – há sempre uma instancia empenhada em comunicar-se com outra, de toda forma observáveis, tanto em função das informações processadas, dos atos de comunicação e da compreensão verificada quando o "outro lado", a recepção, emite uma outra comunicação, recursiva àquela inicial.

Também, não poderíamos deixar de observar a existência de intencionalidades, certamente. Mas corremos o risco da perda das referências lógico-empíricas fornecidas por nosso modelo, nossa arquitetura teórica. Isso porque a ideia de intencionalidade está condicionada à ideia de efeitos, e dada a falta de provas empíricas de sua existência comunicacional se torna necessário – se pensarmos numa diferenciação básica que envolva intencionalidade e efeitos – que a teoria recorra de outros processos não comunicacionais para dar sustentação ao modelo. Nas teorias designadas como "administrativas" recorre-se da ideia de uma sociedade fundada em certa lógica que justifica a natureza da intencionalidade e o estudo dos efeitos ou, por outro lado, numa teoria que deve recorrer à crítica de tal sociedade para operar teoricamente, por seu lado, a dimensão intencionalidade-efeitos daquela arquitetura teórica.

Em ambos o caso, o conceito de comunicação recorre a um processo "não comunicacional" para sustentar a relação intencionalidade-efeito, de forma que o aparato teórico fundado numa identificação-distinção de polos escapa ileso, daí sua invariância e o subjacente instrumental vigente. Uma mesma noção instrumental perpetua-se, portanto, invariavelmente em modos distintos de conceber aa relação de determinação (ou interdeterminação) entre mídia e sociedade. Num modo de maior complexidade, a noção de Inter determinações entre os polos opera da mesma forma, mas o conceito de dupla expectativa (Luhmann), que atende de forma interessante tal complexidade recusa imediatamente as noções de intencionalidade e efeito como "parte" do conceito de comunicação.

De toda forma, a impropriedade do uso no conceito de comunicação das dimensões intencionalidade-efeitos - fundada no fato trazido pelas provas empíricas de que esses são elementos variáveis nas operações comunicacionais, não sendo nada mais que um *plus* a mais a ser agregado ao conceito deixa aberto um certo *sentido* de circulação, como algo articulado ao processo numa perspectiva do modelo de transmissão. A comunicação não circularia assim no sentido de uma transmissão ponto-a-ponto, na forma de intenções que transmitem efeitos e liga – de forma mais ou menos complexa- os polos, quaisquer que sejam, da comunicação.

Se os indícios da circulação nos processos comunicacionais forem postos a serviço do modelo até agora analisado, certamente deve, *ou* deixar de tentar ocupar conceitualmente o espaço delineado pela identificação/distinção polar do processo, reconhecendo que tal impossibilidade é condição da comunicação, *ou* recorrer de uma outra ideia de sentido, (oposta a de preenchimento, continuidade) para preenche-lo.